

**COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO
DO NORDESTE**

Yves Chaloult ()*

Resumo: Num trabalho que focaliza essencialmente os agricultores de baixa renda, o autor descreve e analisa um recente projeto de colonização no Nordeste brasileiro, com base em diversas Agrovilas que são caracterizadas por diversos serviços e um grande potencial ao nível da organização e do "self management". Complementa a sua análise, comparando Projetos de Colonização com Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados, enfatizando os aspectos de acesso à terra e organização em pequenos grupos interligados.

1 – Introdução

A problemática do desenvolvimento rural, da colonização e das relações entre o mundo rural e o urbano é de vital importância para a América Latina, especialmente, para um país como o Brasil que, em 1978, contava com mais de 117 milhões de habitantes, 38% vivendo na zona rural e 62% na urbana (IBGE, 1977). Embora a população rural brasileira esteja diminuindo rapidamente, o setor primário continua sendo um setor-chave, porque as suas exportações são uma peça central do modelo de desenvolvimento de um país dependente, como o Brasil, onde o Estado, durante as últimas décadas, estimulou a concentração de capital e de poder nas mãos de classes sociais específicas e em algumas regiões, como o Sudeste e o Sul (Chaloult, 1978).

O processo de acumulação de capital gerou diversos tipos de desigualdades. Uma dessas, a regional, aumentou as contradições da região mais po-

* Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Cornell. Acompanha, a nível nacional, o Programa descrito e analisado no presente trabalho, que foi apresentado no IX Congresso Internacional de Sociologia em Uppsala, Suécia, de 14 a 19 de agosto de 1978.

bre do Brasil, o Nordeste, que, em 1978, detinha uma população de, aproximadamente, 34,5 milhões, com 53,7% vivendo na área rural (IBGE, 1977).

Nessa região, os pequenos produtores rurais são muitas vezes atingidos pelas secas, têm pouca interação entre eles e, sobretudo são vítimas de diversos problemas estruturais. Um desses problemas, por exemplo, são as distorções existentes a nível de estrutura fundiária, sendo que, em 1970, 6,2% dos produtores rurais controlavam 70,5% das terras, enquanto os proprietários acima de 500 hectares, representando 1,1% dos produtores nordestinos, detinham 40,1% das terras (IBGE, 1975). Além disso, existe uma tendência de maior concentração da posse e uso da terra. Nos latifúndios, geralmente pouco produtivos, existem muitas vezes pequenas áreas onde os agricultores produzem alimentos básicos para reproduzir a sua força de trabalho, os excedentes sendo comercializados pelo proprietário, e onde esses produtores vivem numa situação de dependência a diversos níveis.

Em termos econômicos, as grandes propriedades se dedicam mais às culturas de exportação, setor que recebe muitos incentivos governamentais, enquanto os pequenos produtores – arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários – produzem, sobretudo, culturas de consumo interno, que têm uma grande importância econômica nesse setor. Assim, em 1970, os pequenos agricultores produziam no Nordeste 74% do milho, 70% do feijão, 79% do arroz e 82% da mandioca (IBGE, 1975). Além disto, esse setor absorve um grande percentual de mão-de-obra rural da região, embora muitos migrem, tentando melhorar um pouco o seu baixíssimo nível de vida.

Em resumo, os pequenos produtores rurais nordestinos têm como característica básica a limitação à sua potencialidade como agente produtivo. Essa limitação é reflexo da atuação combinada de vários sistemas de relações sociais, principalmente das relações que se referem à posse e uso da terra, ao financiamento de suas atividades produtivas e também à comercialização de sua produção a diversos níveis (POLONORDESTE, 1977:16). Frente a essa problemática e a fim de atender diretamente essas categorias sociais, o Governo Federal criou, para o Nordeste, um importante Programa chamado: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).

Nas próximas páginas, serão abordados os três pontos seguintes: (a) um Programa de Desenvolvimento Rural Integrado; (b) dois modelos de colonização; e (c) organização dos agricultores.

2 – Um Programa de Desenvolvimento Rural Integrado

O POLONORDESTE foi criado em outubro de 1974, para o período 1975/79. A sua população-meta é o pequeno produtor rural nordestino, proprietário e não-proprietário de terra. A estratégia é baseada nas duas dimensões seguintes: Projetos de Colonização e Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs). No início de 1979, existiam quatro projetos de colonização em três Estados e 32 PDRIs em nove Estados.

Em abril de 1979, os 36 projetos do Programa atingiam mais de 120.000 famílias nordestinas, a diversos níveis, tendo efeitos tangíveis em termos da criação de novos empregos. Até aquela data, Cr\$ 6.279 milhões tinham sido liberados para o Programa. Além disto, duas instituições internacionais estavam contribuindo para o seu financiamento. Assim, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) participava do financiamento de dois dos seus quatro projetos de colonização. Em abril de 1979, o BIRD financiava quatro PDRIs e, nesse ano, iniciava o financiamento de dois outros PDRIs, num valor total de mais de US\$ 150 milhões para os seis projetos¹. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiava em 1979 diversos projetos do Programa, num valor de mais de US\$ 15 milhões.

Representar-se-á agora a primeira das duas estratégias de desenvolvimento rural do POLONORDESTE: a colonização.

3 – Dois Modelo de Colonização

No Brasil existe atualmente a colonização oficial e a particular, sendo a primeira a mais representativa. Quanto à colonização oficial, considerada como um processo migratório induzido, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério da Agricultura, é responsável pela elaboração, implementação, acompanhamento e emancipação dos projetos. No que diz respeito à colonização particular, a responsabilidade do INCRA é de aprovar os projetos apresentados pelas empresas colonizadoras,

¹ Além disso, o Banco está estudando a possibilidade de financiar outros PDRIs e mais de US\$ 130 milhões do total do projeto de crédito rural do POLONORDESTE.

as quais recebem incentivos administrativos e tributários para implementar os projetos².

Para atender aos agricultores de baixa renda, o INCRA está implementando dois modelos de colonização. O mais antigo é inspirado no modelo longitudinal, onde estradas vicinais são abertas nas margens de uma estrada principal e onde lotes são demarcados de cada lado dessas vicinais, formando linhas. As casas são construídas pelos colonos dentro de cada lote, fornecendo o Governo só o mínimo necessário de infra-estrutura. Os lotes têm normalmente 100 hectares, dos quais 50 são destinados à reserva florestal. Os colonos recebem, inicialmente, títulos provisórios de terra e, após alguns anos, o título definitivo.

Em dezembro de 1977 existiam 20 projetos desse tipo no Brasil, o menor tendo 135 famílias e o maior 4.668, totalizando um número de 22.121 famílias. O custo desse modelo de colonização é de, aproximadamente, US\$ 6.000,00 por família. Praticamente a metade das famílias assentadas localiza-se no território de Rondônia, perto da fronteira com a Bolívia. Essa região é muito pouco povoada e pode ser caracterizada por condições de vida muito precárias. A maior parte dos colonos vem das regiões Sudeste e Sul do país, onde a mão-de-obra é expulsa pelo processo de minifundização das terras e pela penetração de um alto índice de mecanização, provocado pelo plantio de culturas de exportação como, por exemplo, a soja. Muitas vezes o movimento migratório não é planejado, significando que o INCRA deve tentar assentar agricultores que migraram por conta própria e que estão à procura de terra nas áreas onde o Instituto tem projetos.

O segundo modelo de colonização, iniciado em 1971, marcou uma mudança na colonização brasileira. Com efeito, no início desta década, o Governo decidiu construir a estrada Transamazônica, ligando o Oceano Atlântico ao Peru. Considerando que, de um lado, havia no Nordeste pro-

² Por exemplo, por lei, na Amazônia legal, um projeto pode atingir até um limite de 500.000 hectares, demarcando lotes entre 100 e 500 hectares. Os colonos assentados recebem rapidamente o título definitivo do seu lote e, através dele, conseguem na rede bancária o seu crédito. No início de 1977, o INCRA tinha aprovado projetos de colonização particular para assentar nos próximos anos mais de 20.000 colonos. Sabendo que muitas empresas exigem que o parceleiro pague 50% do valor do lote à vista e o resto durante os dois próximos anos, percebe-se facilmente que a colonização particular atinge uma classe de agricultores que tem um significativo montante de dinheiro líquido. Conseqüentemente, o agricultor de baixa renda dificilmente pode participar desse processo de colonização que atende a quem já é um pouco capitalizado.

blemas de estrutura fundiária e, consequentemente, falta de terra para os pequenos produtores, enquanto que, de outro lado, havia na Amazônia muita terra desocupada e carência de população, o Governo resolveu estimular a migração dos nordestinos na direção daquela área e, paralelamente, implementou um modelo de colonização baseado na tradicional e clássica “Central Place Theory”.

Formulou-se um **planejamento urbano-rural** (Comargo, 1973), que deseja trazer a cidade para o campo, adaptando essa cidade aos problemas da vida rural. Três tipos de “cidade rural” foram planejados para essa colonização na Amazônia:

(a) **Agrovila**: Ela é constituída de lotes urbanos, com casa e quintal, e de lotes rurais, à distância máxima de sete quilômetros do primeiro lote. As casas são construídas antes da chegada dos colonos. As agrovilas têm uma infra-estrutura mínima: luz, água, escola primária, miniposto de saúde, centro social, campo de esportes, centro ecumênico, áreas verdes comunitárias, etc. O tamanho dessa comunidade está intimamente relacionado com a escola primária: “A menor comunidade urbano-rural deve ser aquela que possa ter uma escola primária capaz de funcionar economicamente e em bases pedagógicas” (Comargo, 1973:14). Dessa forma, uma Agrovila tem de 100 a 300 famílias, i. e., de 500 a 1.500 pessoas.

(b) **Agrópolis**: Ela tem um raio de dez quilômetros de influência e dela dependem de 8 a 12 Agrovilas, situadas ao redor dela. Possui serviços mais amplos como: escola secundária, comércio diversificado, cooperativa, pequena agroindústria, armazéns, etc. e tem de 300 a 600 famílias.

(c) **Rurópolis**: Ela tem um raio de influência de 70 a 140 quilômetros e possui serviços mais complexos. A sua população situa-se em, aproximadamente, 20.000 habitantes.

Em dezembro de 1977, existiam no Brasil quatro projetos de colonização, baseados no modelo descrito, totalizando 9.231 famílias. Para conhecer melhor essa “nova colonização brasileira”, será descrito e analisado agora o último projeto de colonização desse modelo a ser implementado no Brasil.

Esse projeto, chamado *Serra do Ramalho*, está situado no Nordeste e é financiado pelo POLONORDESTE e pelo BIRD. É o mais importante dos projetos de colonização do POLONORDESTE e localiza-se no maior dos nove Estados nordestinos, a Bahia. Por que foi criado? A 850 quilômetros ao norte

da área do projeto, o Governo construiu a barragem de Sobradinho, no rio São Francisco, que está formando um lago de 4.200 quilômetros quadrados e inundou, em grande parte, quatro municípios e, em menor escala, três outros. Assim, 10.000 famílias de agricultores perderam sua área para plantar. Decidiu-se oferecer a 4.000 dessas famílias a possibilidade de serem transferidas para o projeto de colonização Serra do Ramalho, mas, até fevereiro de 1978, somente 1.323 famílias da região da barragem aceitaram a transferência, enquanto as outras preferiram ficar na sua região de origem, embora em condições muito precárias.

No que concerne à dimensão descritiva dessa parte do presente trabalho, nota-se de início que a área do projeto, situada a poucos quilômetros de uma pequena cidade, Bom Jesus da Lapa, e a 900 quilômetros da capital do Estado, Salvador, conta com 257.500 hectares de excelentes solos que foram desapropriados em abril de 1975. O projeto pode assentar 4.400 famílias de colonos, repartidas entre 15 Agrovilas e uma Agrópolis, mantendo de 250 a 300 colonos em cada Agrovila. Um colono tem direito a um lote urbano de 1.200 metros quadrados, com casa, luz e infra-estrutura, e a um lote rural de 20 hectares para agricultura³, assim como a um outro lote de 20 hectares, como reserva florestal, não podendo ser utilizado para a agroindústria. A distância máxima da casa ao lote é de seis quilômetros. Os principais produtos plantados são: mandioca, algodão, feijão, milho, arroz e mamona.

Em dezembro de 1976 havia 1.190 famílias assentadas no projeto e um ano depois 1.655, com uma média de 5,3 pessoas por família. Esperava-se chegar a, aproximadamente, 3.300 famílias no fim de 1978. As famílias previstas para 1978 deveriam vir, principalmente, da área do projeto ou vizinha ao projeto. As famílias do projeto recebem durante os dez primeiros meses o salário mínimo da região, i. é., US\$ 55,00 por mês. No que tange aos recursos humanos, em dezembro de 1977 o projeto era assistido por 42 pessoas de nível superior (agronomos, médicos, sociólogos, assistentes sociais, etc.), 148 de nível médio (professoras, técnicos rurais, etc.) e 140 de nível primário ou abaixo, totalizando o elevado número de 330 pessoas. Finalmente, o INCRA prevê a emancipação do projeto para 1981, quando os próprios serviços do Estado da Bahia atenderão integralmente os colonos. Naquela data, o custo do projeto por famílias terá sido da ordem de US\$ 16,000,00.

No que tange à dimensão analítica dessa parte, cabe perguntar: quais são as vantagens e os problemas desse modelo de colonização? Possui diver-

³ Com dois hectares desmatados.

sas vantagens ao nível: (a) dos serviços; (b) do potencial organizacional; e (c) da facilidade de mobilização dos recursos locais. Serão considerados a seguir três tipos de serviços: educação, saúde e assistência técnica.

No que diz respeito à educação formal, a criança⁴ que mora numa Agrovila tem acesso muito mais fácil à escola do que morando em lotes dispersos. A concentração residencial favorece ainda a distribuição da merenda escolar que cada aluno recebe diariamente nas escolas do projeto, o que permitiu que não se verificasse nenhuma evasão escola no ano 1977. A Agrovila propicia também a educação informal das crianças através da dinâmica criada pela constante interação com outras crianças, fora da escola e com diversos grupos sociais. Favoreceu ademais a criação de um curso de alfabetização de adultos à noite, sendo que mais de 80% deles eram analfabetos antes de chegarem à área do projeto.

No que concerne à saúde, o modelo de colonização aqui analisado permite um melhor atendimento médico através de minipostos de saúde existentes em cada Agrovila e servidos por enfermeiras e médicos. De fato, na área do projeto, a mortalidade infantil desceu a 58 por 1.000, índice baixo para a região em foco.

A assistência técnica grupal é também favorecida pela Agrovila, assim como o uso de nova tecnologia, que é mais facilmente adotada graças à constante interação entre os próprios agricultores e entre agricultores e técnicos. Ademais, as técnicas modernas de comunicação de massa são mais facilmente utilizadas pelos técnicos rurais⁵ num modelo como a Agrovila.

Considerando agora o potencial organizacional que a Agrovila e a Agrópolis têm, deve-se constatar que os contatos diários que mantêm os colonos, morando juntos, favorecem uma maior comunicação e interação entre eles e, consequentemente, ajudam na formação de grupos de trabalho e de reflexão de 40 colonos — com poucas mulheres por enquanto — que foram formados pelos técnicos. O trabalho de reflexão e ação grupal desenvolve aos poucos o espírito comunitário e está levando os colonos a participarem mais do projeto, para depois assumi-lo plenamente quando o INCRA se retirar. Um bom

⁴ Em dezembro de 1977 havia 2.980 alunos no projeto, recebendo uma educação adaptada ao calendário e à realidade agrícola.

⁵ No projeto tem um técnico de nível médio para 140 colonos e um de nível superior para 560.

exemplo desse início de "self management" é a cooperativa, fundada no início de 1977, e que conta com mais de 700 sócios que, gradativamente, vão aumentando seu interesse e participação. A proximidade das residências dos colonos está também propiciando atividades econômicas em grupo como, por exemplo, o projeto comunitário de irrigação, que se está desenvolvendo. Com efeito, grupos de quatro ou mais colonos estão plantando no período da entressafra, numa área comunitária do projeto, e dividindo igualmente a produção obtida. Dessa forma produzem mais, exercem a sua criatividade e desenvolvem progressivamente o seu espírito comunitário.

Finalmente, no que concerne à mobilização dos recursos locais, deve-se observar que a presença de uma Agrópolis, atendendo a 15 Agrovilas com serviços mais diversificados, facilita a utilização mais racional dos escassos recursos existentes na área. Ademais, a proximidade da pequena cidade de Bom Jesus da Lapa permite também uma maior mobilização dos recursos da região, como as estradas, o hospital, o sindicato local, o banco⁶ e outros serviços que, por enquanto, não foram ainda criados na Agrópolis do projeto.

Do exposto, pode-se deduzir que o projeto de colonização Serra do Ramalho não só possui um enorme potencial ao nível do processo organizacional⁷ e do processo de mudança cultural, como favorece uma maior integração entre colonos, e entre os colonos e a administração do projeto. Ademais, tudo indica que o grau de satisfação seja bom, considerando que só 5,5% dos colonos desistiram do projeto.

Entretanto, continuam existindo problemas, tanto ao nível desse projeto como ao nível do modelo de colonização em si. No que concerne ao projeto **Serra do Ramalho**, um dos problemas é que os colonos só possuem o título provisório da terra e isto gera insegurança para todos. O INCRA está tentando solucionar esse problema, dando de uma vez o título definitivo, pagável em até 20 anos. Uma outra dimensão a assinalar é que os colonos se acostumaram a receber muito do Governo, criando muitas vezes um ambiente paternalista⁸, aspecto generalizado em outros projetos de colonização no

⁶ Em 1977, o crédito rural médio do banco local foi de US\$ 500.00 por colono.

⁷ A estruturação desse processo é dinamizada pelo fato de que a maior parte dos beneficiários morava em comunidade antes de ir para a área do projeto.

⁸ Essa tendência explica-se melhor no presente caso, considerando-se que, num primeiro momento, houve uma decisão governamental de construir uma barragem, o que provocou o remanejamento forçado das populações locais e aumentou a responsabilidade do Governo frente a elas. É só num segundo momento que os colonos decidiram migrar de maneira induzida para a área do projeto.

Brasil (Chaloult, 1972). Embora as Agrovilas favoreçam uma maior participação na vida da comunidade, muitos colonos esperam demais do INCRA e não assumem totalmente a sua situação. Isto é reforçado pela inexpressiva participação da mulher ao nível do planejamento, das reuniões e das decisões econômicas e políticas, decorrendo, em parte, de um traço cultural, existente em muitos outros países, que continua a mantê-la marginalizada, de fato. Finalmente, um outro problema situa-se ao nível do planejamento da produção e de sua comercialização. Plantaram-se demais mandioca e algodão, fato agravado pela excelente safra prevista⁹.

No que concerne ao modelo colonização apresentado, está começando a surgir um problema muito mais sério: a tendência à acumulação e à concentração de capital e poder nas mãos de alguns colonos, em detrimento de outros. Por exemplo, colonos ou agricultores morando fora da área do projeto já vendem a um custo barato a sua força de trabalho a outros colonos mais fortes economicamente. Alguns emprestam a juros mais altos do que o banco, para que outros colonos possam plantar¹⁰, ou ainda vendem alimentos a juros elevados. Outros acumulam rapidamente muitas cabeças de gado, usando a pastagem, o veterinário e os serviços do INCRA, que são gratuitos. Em resumo, existe o perigo em potencial de que se reproduza na área do projeto o sistema das relações sociais vigentes em outras regiões do Nordeste, onde muitos dependem de poucos, a diversos níveis, e onde existem relações de exploração. Caso o INCRA fique vigilante, esse perigo poderá diminuir ou mesmo ser evitado, sendo introduzidos mecanismos de intervenção para impedir a reprodução das antigas relações de produção, surgindo então a possibilidade de ter novas relações sociais na área. Entretanto, esse processo será difícil, porque o projeto é uma ilha num mar ou, em outras palavras, uma particularidade dentro de um sistema global que incentiva a concentração da riqueza e, consequentemente, do poder.

O último problema a observar é o elevadíssimo custo do projeto em termos financeiros – US\$ 16,000.00 por família – e em termos do grande

⁹ Por exemplo, a estimativa da safra de mandioca em 1978 é de, aproximadamente, 25.000 toneladas, tendo só duas casas de farinha na área do projeto. Pode então surgir um sério problema de comercialização para a maior parte da produção, considerando os problemas de transporte para esse produto. Se os colonos não venderem bem a sua produção, ficarão, certamente, desestimulados e isto prejudicará o projeto.

¹⁰ Isto acontece quando o crédito do banco chega atrasado ou ainda não é suficiente.

número de profissionais, técnicos e outros (330 pessoas) necessários para que o projeto funcione. Considerando que existem milhões de agricultores de baixa renda no Nordeste, é óbvio que projetos dessa natureza não poderão resolver o problema da grande maioria, porque o país não possui os recursos necessários — humanos e financeiros — para estender à maior parte dessa população esse tipo de projeto. Deve-se então buscar um modelo de desenvolvimento mais adequado economicamente, para poder abranger o maior número possível de agricultores dentro de um processo de mudança.

O POLONORDESTE criou um outro modelo, chamado Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDR), que é mais barato que o primeiro modelo e permite atingir um significativo percentual da população rural nordestina. Esse outro tipo de projeto, ao exemplo dos projetos de colonização, atinge alguns problemas fundamentais dos agricultores de baixa renda: o acesso à terra, o crédito, a comercialização e a capacidade organizacional.

4 — Organização dos Agricultores

Os PDRIs atuam em áreas densamente povoadas, i. e., onde existem comunidades, a fim de atingir um maior número de pessoas, sobretudo, para poder criar uma dinâmica organizacional, gerando uma forte interação entre as pessoas dos povoados. Cada um dos 31 PDRIs é composto de diversos sub-projetos como, por exemplo: acesso à terra, titulação fundiária para posseiros, crédito rural, compra antecipada da produção, pesquisa, assistência técnica, cooperativismo, educação, saúde, estrada, eletrificação, etc. A intervenção na realidade tenta focalizar e, na medida do possível, enfrentar os problemas de dimensão estrutural, como tenta também mobilizar os recursos locais em função do desenvolvimento rural.

O processo de agrupamento e organização dos pequenos produtores, que se faz sempre em torno de um objetivo concreto, possível de alcançar, está baseado em quatro dimensões, onde as distorções das relações sociais concretas aparecem mais claramente: terra, crédito, comercialização e isolamento. Assim, através de um subprojeto de acesso à terra, onde uma gleba é comprada, dividida em lotes, repassados aos agricultores não-proprietários por uma cooperativa local ou outra entidade, os agricultores têm a oportunidade de se organizarem com a ajuda dos técnicos rurais, refletirem sobre a sua problemática e formarem pequenas comunidades. Uma outra excelente oportunidade de organização, a partir de um objetivo específico, é quando surge

a necessidade de **crédito rural**, que o programa repassa aos agricultores via cooperativas. Assim, eles devem organizar-se em torno de uma associação que representa e defende os seus interesses. Um outro subprojeto é a **compra antecipada da produção** por uma entidade governamental ou uma cooperativa, se existir na área, que, além de financiar a produção sem juros, se compromete também a comercializá-la. Esse tipo de compra é precedida de um trabalho de reflexão grupal, com a presença de um técnico ou de um agricultor-líder.

Finalmente, existe o problema do **isolamento** em que vive o pequeno agricultor. Nesse setor, atuam de maneira sistemática o técnico rural e um agricultor-líder, que fazem reuniões em pequenos grupos, não só para transmitir novas técnicas agrícolas, mas também para que se inicie um processo de mudança de percepção da realidade. A dinâmica e a interação do grupo, tendo aproximadamente 15 agricultores, levam os participantes a descobrir o seu mundo, a perceber os seus problemas e a encará-los de maneira crítica, e a captar mais claramente as contradições do seu universo e de suas relações concretas e quotidianas; a desenvolver o seu espírito crítico e a sua imaginação criadora e a identificar as causas estruturais dos problemas para, aos poucos, buscar e achar as soluções próprias, pelo menos temporárias, para alguns dos seus problemas.

Cada grupo tem um orientador, que é um agricultor da comunidade, escolhido pelo grupo e pela agência estadual de extensão, que trabalha em tempo parcial e é pago por essa agência. O orientador acompanha três grupos de 15 agricultores, o técnico rural de nível médio assiste quatro orientadores, i. e., 180 agricultores, e um agrônomo atende a dez técnicos. Os orientadores, técnicos e agrônomos recebem treinamentos e estágios de reciclagem regularmente.

O que dizer em termos de avaliação dos PDRIs? Em primeiro lugar, graças aos projetos, milhares de grupos já foram ou estão sendo formados, motivados por objetivos concretos como o acesso à terra, a construção de um miniposto de saúde, de uma escola ou, ainda, de casas populares, a fim de puderem morar juntos e formarem progressivamente comunidades físicas. Todo esse trabalho grupal não só eleva o nível de vida dos agricultores e diminui o processo migratório na direção das grandes cidades, que não são capazes de absorver a mão-de-obra não-qualificada, como gera oportunidades para que se inicie um processo de mudança de mentalidade e de estrutura. Tudo é extremamente positivo. Por outro lado, já existe, entre diversos grupos, uma interação que é estimulada, porque unifica os esforços. Posteriormente, esses

grupos poderão decidir criar um tipo de associação que reflita bem a sua problemática e defenda os seus interesses, como poderão optar por criar outras comunidades, caso haja uma reorganização fundiária.

Em segundo lugar, o custo dos PDRIs é de, aproximadamente, US\$ 500.00 por pessoa, revelando que, embora esse custo esteja elevado, é mais barato do que o dos dois modelos de colonização apresentados. Com efeito, a colonização longitudinal custa mais de US\$ 1.000.00 por pessoa e a em Agrovila é de US\$ 3.020.00 por pessoa. Todavia, nos PDRIs todos os sub-projetos apresentados nem sempre são implementados no início do projeto ou ainda são implementados lentamente, devido a diversos obstáculos¹¹, enquanto que, num projeto de colonização, cada colono recebe automaticamente o seu pedaço de terra e é atendido por uma rede de serviços muito bem estruturada.

Em terceiro lugar, os PDRIs enfrentam diversas dificuldades, como a não-integração entre diferentes subprojetos, a não-integração com outros programas governamentais, uma política tímida em relação ao acesso à terra, o perigo de ter um programa dominado pelos técnicos e onde haja pouca participação de baixo para cima, o fato de que, nas áreas do programa, muitos agricultores não estão vinculados a ele e, finalmente, o desvio do público-meta, atendendo o médio produtor e, às vezes, o grande. Por outro lado, não basta estimular a organização dos agricultores e o seu acesso à terra, ao crédito, e à comercialização. Existe a necessidade de que haja outras ações paralelas às exercidas pelos projetos, a fim de que a atuação desses projetos não seja isolada. Outro tipo de ação em outros setores dinamizaria mais os PDRIs, que necessitam de um contexto global que favoreça a mudança. Ademais, existe o perigo de que os PDRIs permitam que a economia de mercado como tal funcione melhor, uma vez livre de certas contradições básicas, como a pobreza rural absoluta; assim, os PDRIs poderiam transformar-se num instrumento de reprodução do sistema que existe e os gerou, e não num instrumento de reorganização das relações sociais vigentes. Por esse motivo, o trabalho de organização é fundamental, porque pode levar a uma transformação de mentalidade individualista e lucrativa para uma visão comunitária, onde as relações de trabalho são horizontais e onde o produto do trabalho é dividido.

¹¹ Por exemplo, o subprojeto de acesso à terra encontra diversos obstáculos de natureza ideológica, política e econômica para poder se desenvolver.

5 – Conclusão

A colonização em Agrovila pode ser encorajada¹² porque, apesar de suas limitações, favorece muito a mobilização dos recursos locais, a criação e distribuição de serviços comunitários de bom nível e, sobretudo, o acesso à terra e a mobilização e organização dos colonos, permitindo-lhes participar nas decisões que afetam a sua vida e, consequentemente, assumir o que é seu, criando progressivamente novas perspectivas de desenvolvimento. Entretanto, o custo dessa colonização – mesmo diminuído de 50% – impede que seja uma solução generalizável para resolver os problemas estruturais de milhões de camponeses nordestinos. Surge então, dentro da filosofia do POLO-NORDESTE, um outro modelo, o PDRI, que permite atacar em larga escala a citada problemática. Os dois modelos, colonização em Agrovila e PDRI, se complementam mutuamente: o primeiro possibilitando um processo de mudança mais intenso e pouco abrangente e o outro sendo mais diluído e muito abrangente. Apesar de suas contradições internas, cada tipo contribui à sua maneira para elevar a renda dos pequenos produtores rurais e, consequentemente, para melhorar o seu nível e qualidade de vida.

Entretanto, os dois modelos apresentados devem ser acompanhados por outras intervenções governamentais como, por exemplo, uma reorganização fundiária, uma política de preços e de empregos favorecendo o setor agrário e medidas de cunho estrutural e organizacional, a fim de que o impacto dos projetos não fique diluído e que não sejam instrumento de reprodução do sistema que os gerou. Finalmente, tanto o modelo Agrovila quanto o PDRI, se norteados por um trabalho de organização das bases e por um alto grau de participação de cada agricultor no seu projeto e na sua comunidade, podem e poderão estimular uma ampla participação do homem no campo a diversos níveis e favorecer a gestação de novas relações econômicas e sociais.

¹² Admitindo que seja possível diminuir substancialmente o seu custo.

BIBLIOGRAFIA

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. *Urbanização Rural*, Brasília, INCRA, 1973.

CHALOULT, Norma Beatriz. *Planejamento Urbano-Rural; Uma Avaliação da Percepção dos Agricultores*, Brasília, INCRA, 1972.

CHALOULT, Yves. *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno. Contradições Nordeste/Sudeste, 1960-1977*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Agropecuário – Brasil, Rio de Janeiro, 1975. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1977.

POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste). *Diretrizes para o Planejamento*, Brasília, SEPLAN, 1977.

Abstract: In a study that focuses essentially on low income farmers, the author describes and analyzes a relatively new colonization project in Northeast Brazil, based on different "Agrovilas" characterized by various services and a great organizational and self management potential. The author complements his analysis comparing Colonization Projects with Integrated Rural Development Projects, based on access to land and on the organization of the low income farmers in small groups linked in different ways.

